



Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas

Bruxelas / Maio de 2005 / N.º 4

Editorial

Hassen Fodha, Director do RUSIC

Na nossa edição anterior, apresentámos as propostas do Secretário-Geral com vista à reforma da Organização.

O quadro de análise dessas propostas ficou, entretanto, definido, graças às decisões da Assembleia Geral relativamente à Cimeira de 2005 da ONU, que constitui o tema de abertura deste número.

Colocamo-nos agora na perspectiva desse importante acontecimento e da análise das ambiciosas propostas formuladas pelo Secretário-Geral. Os Estados-membros estão a afinar as suas posições sobre a matéria. A União Europeia decidiu estimular a ajuda ao desenvolvimento. Por outro lado, os Enviados do Secretário-Geral para a Cimeira levam a cabo a sua missão de promoção das recomendações do Secretário-Geral, enquanto a Alta Comissária para os Direitos Humanos defende a criação do Conselho de Direitos Humanos e prepara um plano de acção.

A actividade em torno das recomendações do Secretário-Geral e da preparação da Cimeira, que serve de quadro da sua análise, vai intensificar-se, com, entre outras coisas, a apresentação de medidas concretas, como as anunciadas pela Alta Comissária para os Direitos Humanos.

Convidamo-vos a associar-vos a essa actividade, a um debate rico, para que a reforma seja bem sucedida e a acção ao serviço da comunidade internacional seja reforçada.

Cimeira de 2005 da ONU terá lugar em Nova Iorque de 14 a 16 de Setembro

A Assembleia Geral decidiu, a 15 de Abril, as modalidades de organização da Reunião Plenária de alto nível que irá organizar em Nova Iorque, no início da sua 60ª. Sessão, de 14 a 16 de Setembro próximo, com a participação dos Chefes de Estado e de Governo.

Convencida de que a Cimeira de Setembro, constituirá um acontecimento de considerável importância, a Assembleia aprovou, por consenso, tal como foi alterada oralmente, uma resolução por meio da qual estabelece a organização de sessões plenárias, bem como de mesas redondas e de uma reunião distinta sobre o Financiamento do Desenvolvimento. A Cimeira será presidida, conjuntamente, pelo Presidente da 59ª. Sessão da Assembleia Geral (Gabão), e pelo Chefe de Estado ou de Governo do país do Presidente da 60ª. Sessão da Assembleia Geral (Suécia).

Segundo a resolução aprovada pela Assembleia Geral, a Cimeira seguirá o modelo e terá uma estrutura semelhante à da Cimeira do Milénio, em 2000: três dias de debate no plenário, com duas reuniões por dia, e quatro mesas redondas. A Assembleia decidiu ainda que a Santa Sé e a Palestina participariam na Cimeira, na qualidade de observadores.



União Europeia apoia realização dos Objectivos do Milénio

O Secretário-Geral congratulou-se, a 13 de Abril, com as propostas da União Europeia (UE) que visam estimular a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Os objectivos fixados pela UE neste domínio permitiriam obter 20 mil milhões de euros suplementares, até 2010, e possibilitaria que os países-membros se aproximassem do objectivo de, até 2015, consagrarem 0,7% do seu Rendimento Nacional Bruto à APD.

Num comunicado transmitido na véspera pelo seu Porta-voz, o Secretário-Geral acolheu com satisfação o apoio da União Europeia aos seus esforços destinados a acelerar a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

-- A Comissão Europeia adoptou três comunicações sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As propostas têm que ver com o financiamento do desenvolvimento, a coerência das políticas da União em prol do desenvolvimento e a prioridade que deve ser dada a

(continua)

Destaques desta Edição:

Reforma das Nações Unidas.....	p.2
Missão Política para Timor Leste.....	p.2
Conclusões do Congresso sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal.....	p.3
Fórum da ONU sobre as Florestas.....	p.3
Parcerias em Acção.....	p.4/5

Enviados do Secretário-Geral para reforma da ONU otimistas quanto à sua missão

Dois dos cinco Enviados da ONU para a Cimeira sobre a Aplicação da Declaração do Milénio encarregados de promover as recomendações do Secretário-Geral relativas a uma reforma do sistema de segurança internacional e uma reforma das Nações Unidas apresentaram, a 6 de Abril, na sede da Organização, o contexto da sua missão, no momento em que a Assembleia Geral iniciava um debate sobre a questão.

“Se bem que as recomendações sejam audaciosas, estamos convencidos de que são realizáveis e penso que Kofi Annan apontou o caminho, cabendo agora à Assembleia Geral e aos membros das Nações Unidas enfrentar o desafio e, como já foi dito, nós seremos os olhos e os ouvidos do Secretário-Geral”, disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda, Dermot Ahern, acerca da sua missão.

Convencido, tal como o Secretário-Geral, de que se chegou a um momento decisivo para responder às novas ameaças e levar a cabo a reforma da ONU, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, outro dos Enviados, manifestou o seu empenhamento em contribuir para que, em Setembro, sejam tomadas decisões concretas sobre as recomendações do Secretário-Geral.

Numa conferência de imprensa durante a qual apresentou os dois Enviados, Mark Malloch Brown, Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, sublinhou que proporcionavam um canal de comunicação nos dois sentidos entre a ONU e as capitais e que, desse modo, trariam energia e vontade política ao processo de negociações que decorre na sede da Organização.

“Em Maior Liberdade” : clivagem entre os Estados-membros

O debate que teve lugar na Assembleia Geral sobre o relatório do Secretário-Geral, entre 6 e 8 de Abril, tornou visíveis as clivagens entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento mas também entre a Europa e os Estados Unidos da América. O aumento da ajuda ao desenvolvimento, o princípio da “responsabilidade de proteger”, visto por alguns como uma ameaça à soberania dos Estados, e o alargamento do Conselho de Segurança estiveram no centro da polémica.

A grande maioria das delegações aderiu às propostas relativas ao desenvolvimento. Pelo contrário, os Estados Unidos rejeitaram a ideia de uma redução da dívida e da definição de um calendário para elevar a APD para 0,7% do PIB dos países doadores.

A polémica teve também que ver com as propostas relativas à segurança internacional. Foram sobretudo as medidas de luta contra o terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça que tornaram visíveis as divergências de pontos de vista.

[Para mais informações](#)

Louise Arbour defende a criação de um Conselho de Direitos Humanos

Quando do encerramento dos trabalhos da 61ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos, a 22 de Abril, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos lamentou que a capacidade da Comissão no que se refere a tratar a situação nesse domínio nos países continuasse a ser deficiente. Tal como o Secretário-Geral, Louise Arbour defendeu a criação de um Conselho de Direitos Humanos, que substituiria a actual Comissão. A Alta Comissária manifestou-se também a favor do conceito de avaliação pelos pares, em que assenta a recomendação da criação desse novo órgão, formulada pelo Secretário-Geral.

Louise Arbour referiu ainda que, a 20 de Maio, apresentaria ao Secretário-Geral um plano de acção do Alto Comissariado baseado em três conceitos: os direitos humanos são universais e indivisíveis; os Estados continuam a ser os principais actores no domínio dos direitos humanos; e a realização dos direitos humanos deve estar no centro da acção do Alto Comissariado.



UE apoia a realização dos ODM

(continuação da primeira página)

África. A Comissão formulou também propostas para aumentar o volume e a eficácia da ajuda ao desenvolvimento.

-- O Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e da Acção Humanitária do Luxemburgo (país que detém a presidência da União Europeia), Jean-Louis Scjiltz, saudou, a 12 de Abril, a adopção, pela Comissão, de três comunicações sobre a cooperação para o desenvolvimento, uma das quais visa que a União Europeia consagre 0,56% do seu Rendimento Nacional Bruto à cooperação para o desenvolvimento, até 2010.

TIMOR LESTE: CONSELHO DE SEGURANÇA CRIA MISSÃO POLÍTICA

28 de Abril – O Conselho de Segurança criou o Gabinete das Nações Unidas em Timor Leste (UNOTIL), uma missão política que acompanhará o desenvolvimento das instituições do Estado e de uma força de polícia e que assegurará a formação no respeito pela democracia e os direitos humanos. Pediu ainda aos doadores que continuassem a fornecer recursos que permitam garantir o desenvolvimento do país a longo prazo.

Firmemente determinado a promover uma estabilidade duradoura em Timor Leste, o Conselho de Segurança aprovou hoje por unanimidade a resolução 1599 que cria o Gabinete das Nações Unidas em Timor Leste (UNOTIL), uma missão política especial, com a duração de um ano (até 20 de Maio de 2006).

[Para mais informações](#)

11º CONGRESSO SOBRE CRIME CONCLUI COM ADOÇÃO DE DECLARAÇÃO DE BANGUECOQUE

Serriamente preocupado com o aumento e a dimensão do crime organizado transnacional, o terrorismo e as ligações entre ambos, o 11º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal adoptou, a 25 de Abril, por unanimidade, a “Declaração de Banguecoque”, que aborda essas questões e outras, como o tráfico de seres humanos, o branqueamento de capitais, a corrupção, o crime informático e as principais causas da criminalidade.

Segundo a declaração, intitulada “Sinergias e Respostas: Alianças Estratégicas no Domínio da Prevenção do Crime e da Justiça Penal”, as delegações afirmaram estar dispostas a melhorar a cooperação internacional na luta contra o crime e terrorismo ao nível multilateral, regional ou bilateral, especialmente em esferas como a prevenção, a investigação e o procedimento judicial, no que se refere ao crime organizado transnacional e ao terrorismo.

O Congresso apelou a que todos os Estados que ainda não o fizeram ratifiquem a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e os seus três Protocolos, bem como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Solicitou também aos doadores e às instituições financeiras que continuassem a dar contribuições voluntárias para a assistência técnica aos países em desenvolvimento ou com economias em transição, a fim de os ajudar a reforçar a sua capacidade de prevenir e combater o crime.



Mais de 300 funcionários de governos, entre os quais portugueses, e mais de 40 ministros responsáveis pelas florestas reunir-se-ão na Sede das Nações Unidas para participar na quinta sessão do Fórum da ONU sobre as Florestas. Entre os dias 16 e 27 de Maio, este fórum vai avaliar a eficácia dos Acordos Internacionais sobre as Florestas e tomar medidas concretas relativas ao seu futuro.

Segundo o Secretário-Geral da ONU, apesar dos progressos e da execução de programas florestais nacionais, a deflorestação e a degradação das florestas prosseguem a um ritmo alarmante. A maioria das perdas regista-se nas regiões tropicais, enquanto, nas regiões não-tropicais, as florestas ganham terreno naturalmente ou graças a programas de repovoamento florestal.

O Fórum é o componente-chave do acordo internacional sobre florestas, destinado a incentivar a boa gestão, a conservação e o desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas e reforçar o compromisso político a longo prazo. Quem desejar acompanhar os trabalhos do fórum, poderá consultar o site <http://www.un.org/esa/forests/index.html>.



Projecto de Repovoamento florestal em Chiapas, México



Relatório do Secretário Geral da ONU discutido na Universidade Lusíada de Lisboa

A Universidade Lusíada de Lisboa foi palco, no dia 29 de Abril, da Conferência sobre o Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, "Em Maior Liberdade, Desenvolvimento, Segurança e Direitos Humanos para todos".

A iniciativa, da responsabilidade da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e do Núcleo de Estudantes de Ciência Política e Relações Internacionais (CEPRI), contou na abertura com as presenças do Magnífico Reitor, Prof. Doutor Diamantino Durão, do Director da Faculdade, Prof. Doutor Carlos Motta e da Responsável pela Comunicação por Portugal no Centro Regional de Informação da ONU para a Europa Ocidental, Ana Mafalda Tello.

No entender do Reitor, a ONU, "é uma das organizações mais importantes para o desenvolvimento de todo o Planeta, para o bem-estar de todos nós, para o desenvolvimento e para a liberdade".

Quanto ao Prof. Doutor Carlos Motta, lembrou que o Relatório de 21 de Março de 2005, que está na linha daquilo que a

ONU representa para o Mundo "é um Relatório que propõe reformas, por forma a que os Estados olhem para o Desenvolvimento, a Segurança e os Direitos Humanos, de uma maneira empenhada".

Já a Responsável do RUNIC, Ana Mafalda Tello fez um curto historial da ONU desde que em 1997 Kofi Annan iniciou funções como Secretário Geral das Nações Unidas. A dado passo salientou que : "em 1997 Kofi Annan iniciou um importante conjunto de reformas para restabelecer a confiança na Organização que fora seriamente abalada, entre outros, pelos fracassos na Bósnia e no Ruanda". Após um processo complexo recheado de êxitos e fracassos a ONU confronta-se com o desafio dos novos tempos , razão pela qual a necessidade de uma reforma "é mais premente do que nunca". É nessa linha que se insere o documento que neste Colóquio se discutiu .

Após a Sessão de Abertura, seguiram-se duas mesas redondas, ambas, presididas pelo Embaixador António Martins da Cruz que lembrou aos presentes que ONU cele-

bra em Outubro próximo 60 anos, "o maior período de paz da humanidade e especialmente para nós europeus". A primeira composta pela Prof. Doutora Margarida Salema e pelo Mestre Gonçalo Corrêa d' Oliveira, os dois da Universidade Lusíada de Lisboa. A segunda pelo Prof. Doutor Manuel de Almeida Ribeiro do ISCSP e pelo Mestre José Francisca Pavia, da ULL.

Universidade Lusíada de Lisboa



Que ONU para o século XXI?

Quem se debruça e preocupa com as questões internacionais há muito que já ouvir falar em reforma das Nações Unidas (há, pelo menos, uma década), mas os resultados concretos deste debate têm sido muito singelos, senão mesmo inexistentes.

Os documentos tornados públicos nos últimos meses, em especial o Relatório do Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança e o subsequente Relatório do Secretário-Geral da ONU, relançaram definitivamente a polémica, numa tentativa de desbloquear esta questão e encontrar soluções viáveis para a mesma até à Conferência de Setembro.

Inserindo-se neste debate alargado, a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) realizou no passado dia 27 de Abril um seminário dedicado ao tema "A ONU e o século XXI: A Declaração do Milénio e um Mundo Mais Seguro". Como seria de esperar, os oradores convidados sugeriram abordagens diferenciadas deste tópico: de uma perspectiva mais centrada no processo de cooperação entre a ONU e a União Europeia,

apresentada pelo Professor Doutor Rogério Leitão (FEUC), ou de uma visão mais comprometida mas esperançada da Responsável pela Comunicação para Portugal no RUNIC, Ana Mafalda Tello, que enfatizou as debilidades mas também as potencialidades da ONU, até uma abordagem bastante mais crítica e céptica avançada pelo Professor Doutor Azeredo Lopes (Univ. Católica) que se centrou na necessidade de reforma do próprio sistema internacional, a par da da ONU.

A partir deste contexto teórico, fértil mas controverso, foi possível promover uma discussão entre os participantes no âmbito de 3 painéis, nos quais se procurou reflectir sobre os relatórios e as recomendações aí avançadas. As dinâmicas geradas nos painéis e as conclusões retiradas foram, no final, resumidas numa sessão plenária final.

No essencial, a extrema actualidade e relevância desta controvérsia não foram contestadas, mas sobressaíram muitas dúvidas quanto à viabilidade efectiva das propostas feitas nos relatórios e uma suspeição em virtude da (in)definição dos

conceitos e das práticas subjacentes às principais áreas de intervenção da ONU.

Se um mundo mais pacífico terá necessariamente de passar por uma forma de organização e cooperação entre os seus actores relevantes, o modelo onusiano parece pecar por uma inércia substancial face às dinâmicas globais actuais e por uma datação histórica que, porventura não limitando as ambições de alguns, parece constranger a capacidade de concretização do *peace potential* de que a ONU já dispõe e daquele que poderia ainda vir a reclamar.

Natália Leal,
Docente na FEUC.





RUNIC

P
A
R
C
E
R
I
A
S
E
M
A
C
Ç
Ã
O

Cultura de Não Violência – Projecto apela à criatividade e à participação

No ano passado, o RUNIC, em parceria com o artista plástico Fernando Morais, lançou uma iniciativa para comemorar o Ano Internacional do Arroz. O projecto mereceu a adesão de numerosas instituições e esteve na origem da criação de interessantes e inspiradores trabalhos realizados por crianças e jovens, incluindo alguns jovens autistas, e pessoas idosas, cuja participação constituiu um testemunho impressionante.



O êxito da iniciativa levou-nos a manter a parceria e a lançar um novo projecto. Este está relacionado com a *Década Internacional de Promoção de uma Cultura de Não-Violência para o Bem das Crianças do Mundo (2001-2010)*. Esta iniciativa, que conta já com algumas participações, nomeadamente 2 escolas do ensino básico, 3 centros de ocupação de tempos livres, 3 centros de educação de cidadãos portadores de deficiência e autistas, centros de terceira idade e outras instituições, está aberta à participação de pessoas de todas as idades. O objectivo é a elaboração de um trabalho de expressão plástica que será utilizado na criação de uma obra de arte por Fernando Morais. O resultado do seu trabalho será oferecido à Assembleia Geral das Nações Unidas por ocasião do Dia Internacional da Paz, 21 de Setembro.

Para mais informações sobre esta iniciativa pode consultar o seguinte endereço http://www.runic-europe.org/portuguese/calendar/cultureofpeace_decade.html

N
O
T
Í
C
I
A
S
D
O
S
N
O
S
S
O
S
P
A
R
C
E
I
R
O
S

XXVI COLÓQUIOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O FUTURO DAS NAÇÕES UNIDAS

A reforma das Nações Unidas é uma necessidade premente para fazer face a uma nova fase das relações internacionais marcada por desafios especialmente difíceis. Neste sentido, as propostas apresentadas pelo Secretário-Geral, Kofi Annan, em 21 de Março de 2005, são globalmente muito positivas e devem merecer a aprovação da maioria dos Estados membros da organização. Esta é a principal conclusão da 26ª edição dos Colóquios de Relações Internacionais subordinada ao tema “O Futuro das Nações Unidas”, que nos dias 18 e 19 de Abril de 2005 juntou na Universidade do Minho, em Braga, Portugal, diplomatas, académicos, investigadores, dirigentes partidários, jornalistas, representantes de organismos públicos e privados e estudantes do ensino superior.

Organizados pelo Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais (CECRI), os XXVI Colóquios de Relações Internacionais debateram em especial as seguintes áreas: a prevenção, gestão e resolução de conflitos; a questão iraquiana; o combate ao terrorismo transnacional; cidadania e governança mundial; os objectivos do milénio; e, por último, a reformulação do Conselho de Segurança.

O Embaixador Gonçalo de Santa Clara Gomes, representante de Portugal junto das Nações Unidas até Dezembro de 2004, considerou que há falta de coerência na acção dos meios à disposição das Nações Unidas e sustentou que a intervenção desta organização é predominantemente militar. O Embaixador António Monteiro Portugal, na qualidade de Director-Geral dos Assuntos Multilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, transmitiu a posição do governo português sobre a reforma da ONU. Na sua perspectiva, a reforma do Conselho de Segurança nos moldes actuais afasta a possibilidade de Portugal voltar a ter um lugar neste órgão; para se tornar mais eficiente precisa de rever os métodos de trabalho e melhorar a transparência e eficácia. Por sua vez, o Professor Luís Lobo-Fernandes, Director da Secção de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho, sublinhou o desfazamento existente entre a realidade e o quadro institucional internacional. Defendeu, por isso, o alargamento do Conselho de Segurança à Índia, ao Japão e ao Brasil considerando ainda que os Estados-membros da União Europeia deveriam propugnar pela admissão da UE no Conselho de Segurança, o que poderia constituir um importante factor de estabilidade internacional, dadas as características daquele espaço de integração do continente europeu.

A visão dos Estados Unidos da América sobre a questão iraquiana foi apresentada por Robert Blau, da Embaixada em Lisboa, num painel em que também participou o presidente do partido Nova Democracia, Manuel Monteiro, e que foi moderado pelo jornalista da TVI, Pedro Pinto.

De sublinhar, entre outros contributos, a do presidente da Comissão Nacional da UNESCO, José Sasportes, sendo denominador comum das intervenções o realçar da importância insubstituível do sistema das Nações Unidas na salvaguarda da segurança e da paz e na promoção do desenvolvimento económico e social dos povos.

Sara Gonçalves Pereira
Coordenadora dos XXVI Colóquios de Relações Internacionais

OIT ALERTA PARA A SITUAÇÃO DO TRABALHO FORÇADO NO MUNDO

A Organização Mundial do Trabalho (OIT) lançou um relatório intitulado "A Global Alliance Against Forced Labour". Este relatório surge numa altura em que mais de 12 milhões de pessoas em todo o mundo são vítimas de trabalho forçado. De entre os cerca de 12,3 milhões de pessoas assim exploradas no mundo, cerca de 9,8 milhões são-no pelo sector privado. Cerca de 2,4 milhões de pessoas são vítimas de tráfico de seres humanos. Em algumas regiões do mundo, nomeadamente na Ásia ou na América Latina, os números relativos ao trabalho forçado são alarmantes. Ainda mais preocupante é o facto de cerca de 50% das vítimas serem crianças.

O facto de muitos países não possuírem legislação adequada para lidar com este problema levou a OIT a apelar a uma aliança global capaz de combater o problema. O trabalho forçado, segundo o Director da Organização, Juan Somavia, constitui o

lado obscuro da globalização, ao negar às pessoas direitos fundamentais e dignidade.

CONVENÇÃO CONTRA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS LIGEIRAS ENTRA EM VIGOR

A ratificação pela Zâmbia permitiu a entrada em vigor de uma Convenção das Nações Unidas para a luta contra a proliferação de armas ligeiras cujo tráfico representa um mercado de milhares de milhão de dólares para os traficantes. Estas armas, que vão desde as armas pessoais aos sistemas portáteis de mísseis antiaéreos, fazem todos os anos mais vítimas do que os bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki juntos.

O Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime anunciou a entrada em vigor, a 25 de Abril, do "Protocolo contra o fabrico e o tráfico ilícito de armas de fogo, das suas peças, elementos e munições", adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade

Transnacional Organizada", depois de a Zâmbia se ter tornado o 40º. a ratificá-lo.

NOVO RELATÓRIO SOBRE SITUAÇÃO DA MALÁRIA NO MUNDO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apresentaram, a 3 de Maio, o seu primeiro relatório conjunto sobre a situação da malária no mundo. O estudo refere que, apesar dos progressos registados, desde o ano 2000, no tratamento da malária, a doença continua a matar cerca de um milhão de crianças todos os anos. Aliás, o número de crianças africanas que são vítimas mortais da malária é três vezes superior ao número de crianças que morrem devido ao VIH/SIDA, nesse continente.

A versão integral do relatório, em inglês, está disponível em <http://rbm.who.int/wmr2005/html/toc.htm>

ESTUDO SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA NO IRAQUE

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Iraque e o Ministério iraquiano do Planeamento e da Cooperação para o Desenvolvimento lançaram, a 12 de Maio, um estudo sobre as condições de vida no país, durante o último ano. O estudo revela elevadas taxas de malnutrição e de desemprego e uma subida do analfabetismo. O texto integral do estudo está disponível em: <http://www.iq.undp.org/ILCS/overview.htm>



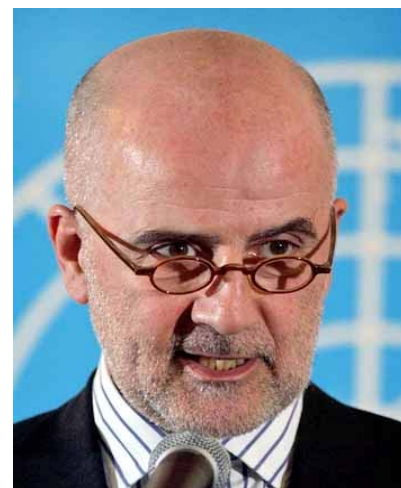
26 de Abril – O Secretário-Geral escolheu o antigo Ministro das Finanças da Turquia, Kermal Dervis, para dirigir o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que tem um papel decisivo na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Se a escolha do Secretário-Geral vier a ser confirmada pela Assembleia Geral, o Administrador não será oriundo de um país doador, pela primeira vez na história do PNUD.



29 de Abril – O Secretário-Geral nomeou o antigo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, seu Enviado Especial para a Guiné-Bissau. Nessa qualidade, compete-lhe-á facilitar a realização de eleições presidenciais pacíficas e credíveis, a 19 de Junho de 2005, como uma etapa importante da transição que visa restabelecer plenamente a ordem constitucional e a estabilidade.



6 de Maio – O Secretário-Geral nomeou Alvaro de Soto Coordenador Especial das Nações Unidas para o Processo de Paz no Médio Oriente e seu Representante Pessoal junto da Organização de Libertação da Palestina e da Autoridade Palestina. O Sr. Alvaro de Soto assumiu as suas funções imediatamente, a fim de poder acompanhar o Secretário-Geral à reunião do Quarteto para a Paz no Médio Oriente (Moscou, 9 de Maio).





In larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All— Report of the Secretary-General

Número de Venda: 05.I.15

ISBN: 9211009715

Disponível em inglês e francês

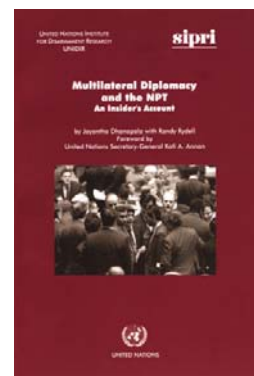
Multilateral Diplomacy and the NPT: An Insider's Account

Número de Venda: GV.05.0.5

ISBN: 929045170X

Publicado em Abril de 2005

Disponível em inglês



Viena, 2-13 de Maio

Órgão Internacional de Controlo de Estupefacientes, 83ª sessão

Genebra, 2-20 de Maio

Comité contra a Tortura, 34ª sessão

Genebra, 2 de Maio – 3 de Junho

Comissão de Direito Internacional, 57ª sessão

Nova Iorque, 2-27 de Maio

Conferência dos Estados Partes no Tratado sobre Não-Proliferação de Armas Nucleares encarregada de analisar o Tratado, segunda sessão

Nova Iorque, 16-27 de Maio

Fórum Permanente sobre Questões Indígenas

Bona, 16-27 de Maio

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, reuniões dos órgãos subsidiários da Conferência das Partes na Convenção

Genebra, 17 de Maio-3 de Junho

Comité dos Direitos da Criança, 39ª sessão

Viena, 18-27 de Maio

Comissão para a Prevenção do Crime e a Justiça Penal, 14ª sessão

Genebra, 23-27 de Maio

Comissão da Ciência e da Técnica ao Serviço do Desenvolvimento, 8ª Sessão

Também em Maio...

3 [Dia Mundial da Liberdade de Imprensa](#)

15 [Dia Internacional das Famílias](#)

17 [Dia Mundial das Telecomunicações](#)

21 [Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento](#)

22 [Dia Internacional da Diversidade Biológica](#)

25 (a partir de) [Semana de Solidariedade com os Povos dos Territórios Não-autónomos](#)

29 [Dia Internacional dos Soldados da Paz das Nações Unidas](#)

31 [Dia Mundial sem Tabaco](#)

FICHA TÉCNICA

Director do Centro: **Hassen Fodha**

Responsável pela publicação: **Ana Mafalda Tello**

Redacção : **Ricardo Agostinho e**

Vanessa Marques

Maquetagem : **Sónia Fialho**

CONTACTOS

Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental

Rue de la loi Wetstraat 155

Résidence Palace Bloc C2, 7^{ème} et 8^{ème}

1040 Bruxelles

Belgique

Tel.: + 32 2 788 84 84

Fax: + 32 2 788 84 85

Sítio de internet: <https://www.runic-europe.org/portuguese>

E-mail: portugal@runic-europe.org